

CARTA ABERTA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PELO SÃO BENEDITO E AZUL, PARÁ

09 de setembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Governador Helder Barbalho,

Nos abaixo assinados acompanhamos atentamente os movimentos do Governo do Estado do Pará na condução de políticas de governo apontadas para a redução do desmatamento, promoção da bioeconomia e de uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono. Vários de nós somos colaboradores diretos de Programas com o Amazônia Agora. Compreendemos os esforços e as inovações do Estado, como a criação da Força de Combate ao Desmatamento com os recursos repatriados da Lava-Jato. Em termos mais específicos, que nos trazem aqui de fato, acompanhamos também o seu compromisso com a proteção ambiental na Gleba São Benedito.

Respeitosamente, gostaríamos de alertá-lo para a iminência de atos que não se alinham com os compromissos globais e do Estado para conservação da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas e atingimento dos objetivos de desenvolvimento da agenda 2030.

Primeiro, identificamos a permanência de iniciativas ambíguas por parte do governo do Pará com a pactuação da SEMAS junto à ANEEL de um acordo de cooperação para inventário hidrelétrico na Bacia do São Benedito, para o planejamento Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. À época, ouvimos e acompanhamos pelos jornais o compromisso expresso pelo próprio governador para proteção da área, entendendo a inadequação dos projetos de geração de energia no local. Recomendamos a revisão urgente da escolha do São Benedito como piloto para a atuação prevista da SEMAS junto a Agência de Energia.

Adicionalmente, acompanhamos as discussões locais do Ideflor-Bio sobre a proposta de criação de uma Unidade de Conservação no São Benedito e Azul. Ouvimos a proposta de Reserva de Pesca, a ser constituída em uma faixa de terra ao longo do curso do rio. Ora, tal Reserva inexistente no arcabouço jurídico do Estado do Pará. Expressamos nossas preocupações. Na sequência, o folder da proposta de criação traz a categoria de Área de Proteção Ambiental - APA, que em termos práticos se sobrepõe a Reserva de Pesca Esportiva criada pelo COEMA desde 2001 (Resolução 19). Além desta estranha redundância, notamos que uma APA é uma categoria de Unidade de Conservação de pouquíssima efetividade para as ameaças de hidrelétricas e desmatamento. No caso deste último, a APA do Triunfo em São Felix do Xingu é a demonstração cabal da falta de expectativa de resultados reais de conservação e ordenamento do uso da terra.

Além da escolha da categoria de conservação, ressaltamos que uma faixa de terra ao longo do rio é instrumento de conservação precário ecologicamente porque a conservação do rio – e da pesca – depende da conservação da sua bacia hidrográfica. No caso do São Benedito, o Campo de Provas Brigadeiro Veloso protege a margem direita do rio, mas é justamente pela margem esquerda que avança [rapidamente] a fronteira agropecuária e consome sua cobertura vegetal natural. O Pará e a população local, inclusive os empreendedores dos *lodges* e do ecoturismo de pesca a observação de aves, vão perder o São Benedito e o Azul por transformações no entorno.

Nesse sentido, sugerimos que os estudos e categoria proposta para a unidade considerem uma porção mais abrangente do território e que explore alternativas de categorias de UCs que garantam uma maior conservação do território, evitando as ameaças recentes que irão descaracterizar a paisagem e economia local, sem que haja a necessidade de mudar a ocupação atual da região. O SNUC é bastante diverso nesse sentido, e traz categorias com o Refúgio de Vida Silvestre que poderiam ser avaliadas para esse contexto.

A fragilidade ecológica faz com que a proposta da UC ao longo da margem do rio seja precária também do ponto de vista socioeconômico devido ao risco de defensivos agrícolas e assoreamento ameaçando os

negócios locais. Essa proposta torna-se nula – se não ameaçadora – frente aos compromissos climáticos, pois não equaciona o avanço da fronteira do desmatamento e desperdiça a oportunidade de planejamento da paisagem de forma mais ampla.

Participaremos da Audiência Pública convocada para 15 de setembro de 2021, segundo o Diário Oficial do Estado - DOE de 30 de agosto, ainda que nos preocupe a falta de antecedência da sua convocação. Julgamos pertinente, contudo, trazer esses elementos para sua consideração tempestiva, considerando ainda que sua gestão não ofereceu à sociedade nenhuma nova Unidade de Conservação. O que vemos agora é um “requentar” de uma proposta de conservação sem efeitos para a conservação e o desenvolvimento no local.

A sociedade espera dos Governos Estaduais - mais do que nunca na conjuntura brasileira – coerência, proatividade e ações de escala e adicionalidade para a biodiversidade, o clima e o desenvolvimento local. Em nome da esperança de ter o Pará alinhado com essa visão e com base nas ponderações apresentadas neste alerta, esperamos poder conhecer em breve a condução que o Governo do Estado do Pará pretende dar para o São Benedito e o Azul frente a ameaça das PCHs e do desmatamento.

Atenciosamente,

Climainfo
Coalizão Pro UC¹
ECOA - Ecologia e Ação
Greenpeace
GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental ²
IEB – Instituto de Educação do Brasil
IEMA – Instituto Energia e Meio Ambiente
Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Instituto Peabiru
Instituto Raquel Machado
International Rivers
ISA – Instituto Socioambiental
Movimento Tapajós Vivo
Observatório de Justiça e Conservação
OPAN- Operação Amazônia Nativa
PSA - Projeto Saúde e Alegria
Rede Nacional Pro Unidades de Conservação
Rede Pantanal
WWF - Brasil

¹ A Coalizão Pró Unidades de Conservação da Natureza (Pró-UC) é uma rede de instituições da sociedade civil, que tem como objetivo promover, junto à sociedade, o que consideramos as melhores e mais eficientes formas de proteger e conservar o patrimônio natural brasileiro, para essa e as futuras gerações. Para tanto, promove a articulação entre os setores, o debate junto à sociedade e desenvolve estratégias para o fortalecimento das Unidades de Conservação (UCs) em todo o território nacional. A Coalizão é formada pelas seguintes organizações: Conservação Internacional (CI-Brasil), Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, Fundação SOS Mata Atlântica, Imaflora, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Imazon, Semeia, Rede Pró-UC, The Nature Conservancy (TNC) e WWF-Brasil.

² O GT Infraestrutura em 2012 e hoje conta mais de 40 organizações socioambientais, além de observadores e cientistas. Construímos coletivamente uma agenda de análise técnica dos aspectos socioambientais que envolvem os empreendimentos e projetos de infraestrutura em curso no Brasil, além de propor soluções a curto, médio e longo prazo, alternativas que miram o desenvolvimento sustentável. <http://gt-infra.org.br/gt-infra/conheca/>